

## LUIZ CARLOS PRESTES E OS “FILHOS” DA CARTA AOS COMUNISTAS NO PDT

IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA <sup>1</sup>

Um fenômeno ainda pouco estudado pelas ciências sociais disputou no interior da família política comunista a voz dos seus correligionários, produzindo novos sentidos – e preservando outros –, propondo uma postura alternativa à atuação do PCB e do PC do B nas lutas sociais desenroladas no Brasil dos anos oitenta. Após a ruptura de Luiz Carlos Prestes, uma série de militantes reivindicara o seu capital político. Com o retorno do exílio, atuando a plena carga na conjuntura nacional, Prestes e seus companheiros buscaram uma agremiação partidária que os acolhesse. O comunista, por um lado, viu-se preterido pelas principais lideranças partidárias brasileiras – não encontrando abrigo oficial no PDT, PT ou PMDB. Entretanto, no interior dessas agremiações, havia diversos militantes que o queriam dentro do partido. Reivindicavam a sua história, e se assumiam como *prestistas*. Dessa forma, o fenômeno atuou como um claro exemplo de uma cultura política portadora de representações e valores que ultrapassam a noção reducionista de partido político (BERSTEIN, 2009, p. 30). Este artigo discute o percurso dos “*herdeiros da carta aos comunistas*” no interior de outra tradição que refazia a sua trajetória, emitindo, ao mesmo tempo, novos sinais, sem, contudo, perder os seus laços originais de pertencimento político, o PDT do novo trabalhismo.

### *Prestes se reinventa*

Luiz Carlos Prestes convocou os militantes pecebistas a tomarem o destino do partido em suas mãos. É possível dizer que, após muitas décadas, o próprio também se tornara plenamente senhor de seu fado. Alçado à condição de mito pelo PCB após 1945, a epopeia da Coluna foi ressignificada pela organização a partir de uma leitura revolucionária e comunista (FERREIRA, 2002). Líder incontestado, ele se tornara, ao mesmo tempo, prisioneiro da sua lenda. Assim, vivera boa parte da sua vida em uma situação singular: uma das principais

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela UFF, pós-doutorado CPDOC-FGV.

figuras públicas da história do Brasil desfrutou longos períodos de isolamento físico da realidade nacional, como poucos.

Do período do exílio após a marcha da Coluna aos dez anos de uma prisão incomunicável na época do Estado Novo, o Cavaleiro da Esperança também permaneceu na absoluta clandestinidade por cerca de uma década após a decretação da ilegalidade do PCB, em 1948. Nesse ínterim, a sua representação mítica consolidara-se. Partindo para mais uma temporada de desterro, nos anos setenta, o dirigente operou importantes modificações nas suas análises sobre a estratégia revolucionária para o Brasil. Não rompeu com o marxismo-leninismo, mas afastara-se da tradicional estratégia pecebista, a revolução nacional-democrática, da qual ele era a maior expressão. Revia, assim, algumas bases do seu próprio mito. Segundo Anita Prestes, filha e ex-dirigente pecebista, o rompimento estava em gestação desde o exílio. As divergências políticas com o comitê central cresciam (PRESTES, A. 2007).

A ruptura aconteceu em março de 1980, a partir da divulgação da Carta aos Comunistas. Um documento fundador, o texto teve um impacto muito grande no interior do partido, abrindo publicamente, as polêmicas e as diferenças entre Prestes e a maioria da direção. À frente do PCB por mais de três décadas, o dirigente assumia total responsabilidade pelos rumos da organização. As críticas eram severas, e tornavam impossível a sua permanência no interior do comitê central. Todavia, a partir das mesmas, ele se assenhoreava do seu destino. E se reinventava. Não mais o guia do partido do povo, da revolução democrático-burguesa. Era a hora do Prestes radical.

### **As diversas ressignificações da figura de Luiz Carlos Prestes**

Nas páginas da grande imprensa desenrolou-se a acirrada disputa entre Luiz Carlos Prestes e o comitê central do PCB pela palavra comunista no início da década de oitenta. A batalha envolvia também a imprensa partidária, numa luta pela legitimidade dos periódicos. O dirigente criticava a mudança do nome do jornal – de Voz Operária para Voz da Unidade –, uma decisão que, segundo ele, refletia a postura da direção na conjuntura brasileira. Ele relançava a publicação histórica do PCB, desferindo críticas ao núcleo dirigente. O Voz Operária transformava-se no canal político dos “comunistas organizados em torno das

posições revolucionárias do secretário geral Luiz Carlos Prestes”. O contra-ataque não foi menos aguerrido: “Jornal do PC acusa Prestes de querer um Partido para fazer a revolução que sonhou”. O comunista Mario Patti acusava-o de “stalinismo caboclo” e de querer dissolver o PCB numa “frente de todos os comunistas e marxistas-leninistas”<sup>2</sup>. O relançamento do *Voz Operária* fora interpretado como um golpe. Apesar do seu passado revolucionário, os caminhos de ambos tomavam rumos diferentes.

Essa disputa também desvelava as ressignificações em torno da figura de Luiz Carlos Prestes. De dirigente máximo do comunismo brasileiro, saudado como o guia da revolução nacional, e comparado aos grandes revolucionários mundiais, a ruptura tornara-o um proscrito para o PCB. Nas interpretações dos seus principais dirigentes, ele representava a tradição caudilhesca do país e o culto à personalidade que assolara os partidos comunistas<sup>3</sup>. A disputa em torno da publicação do *Voz Operária* simbolizava as novas representações. Por um lado, o PCB da transição brasileira queria assinalar o seu compromisso com a unidade da frente democrática como o principal caminho para a transição no Brasil. Por outro lado, Prestes também relia as antigas simbologias. O mesmo jornal, veículo de divulgação das teses consagradas pela Declaração de 58, no final dos anos oitenta, representava o compromisso dos *prestistas* com o viés classista e radical, presente em seu nome.

Havia controvérsias quando o termo prestismo era empregado. Para alguns, ele carregava uma conotação negativa e pejorativa: personalismo, caudilhismo, stalinismo. Para outros, a sua trajetória demonstrava a coerência de um revolucionário e a combatividade que não sucumbira às pressões do sistema capitalista. Apesar de formalmente rejeitada, a expressão foi incorporada por muitos comunistas de forma positiva. Combinando uma referência política, mas também pessoal, os “comunistas alinhados às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes” se orgulhavam de serem seus correligionários.

Com o lançamento da Carta aos Comunistas, Prestes conclamava aos mesmos a “tomarem o partido em suas mãos”. Um ato de rebeldia que suscitou o surgimento dos Comitês de Defesa do PCB. Eles adquiriram nomes distintos pelo país. No Rio, os mais

<sup>2</sup> JB, 03/10/1980, s/p. e 29/09/1980, 1º caderno, respectivamente. In: AMORJ.

<sup>3</sup> Uma alternativa democrática para a crise brasileira, *Novos Rumos*, 1984, 212. Apud PANDOLFI, 1995, p. 221.

próximos a Prestes reuniam-se no escritório de Acácio Caldeira. Os Comitês também integravam pecebistas que ainda “lutavam por dentro”. Denominavam-se “Articulação”, e estavam presentes no Ceará, Santa Catarina, Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

Apesar da ruptura, o ex-secretário-geral não se propunha a liderar a formação de uma nova organização. Segundo um militante estudantil da época, o racha causou um cataclismo entre os comunistas brasileiros, intimamente ligados à forte simbologia de Prestes. Seções perderam a maioria dos seus militantes. A perplexidade foi maior quando perceberam que Prestes não propunha uma alternativa. A ruptura criara um primeiro paradoxo. O principal comunista do país deixara o PCB. E sugeria que cada um fizesse o seu “my way”.

O que era ser *prestista*? Uma segunda contradição. Prestes refutava o epíteto. Nunca participou das organizações que assim o reivindicavam. A conformação desses pequenos grupos comunistas após a saída do PCB confrontava-se com a sua visão política:

*Apesar da pressão ser fortíssima, (...) ele achava que as condições no Brasil não estavam maduras para isto, ele achava que não se organiza partido só porque um grupo quer, que pra isso tem que haver um conjunto de condições, a esquerda no Brasil estava derrotada, esfacelada, e organizar partido comunista naquele momento não tinha futuro (PRESTES, A., 2007).*

Apesar da rejeição ao epíteto e da recusa em liderar a estruturação de um novo partido comunista no Brasil, os “comunistas alinhados” se organizaram em torno do cavaleiro da esperança. No transcorrer dos anos oitenta, muitos se afastaram do dirigente. Segundo Ragon, apesar de haver “prestistas e prestistas ...”, o Coletivo Gregório Bezerra e a Reconstrução do Partido Comunista eram “grupos distintos que nasceram da mesma árvore, que foi o grupo que rompeu com o PCB”, identificados com a Carta aos Comunistas (RAGON, 2011). Será que Luiz Carlos Prestes realmente refutava a identidade criada entre ele e diversos militantes comunistas? Tudo leva a crer que não. Provavelmente, uma leitura atual dos tempos passados. Mesmo sem querer ser o polo agregador de um novo núcleo comunista, Prestes não pôde impedir a criação dos mesmos. Ninguém era obrigado a seguir as suas posições. Ele mesmo não possuía uma organização formal. Mas ele as proferia.

Quem eram esses “comunistas alinhados às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes”? Tecer a teia do prestismo não é uma tarefa fácil. Muitos se reconheciam como tal.

Estavam dispersos em diversos partidos políticos. Outros não possuíam nenhuma filiação partidária. Mas é possível identificar alguns fios que os uniam.

Um deles era o núcleo diretamente ligado a Prestes. Acompanhando as suas posições, eles fizeram campanha, em 1982, para Eduardo Chuahy, Dornelas e Pereirinha. Eis alguns deles. Bolívar Meireles havia sido tenente do 2º batalhão de caçadores em Goiás, em 1964. Ele fazia o “aquecimento” dos comícios. Acácio Caldeira, seu secretário e advogado, conheceu-o em 1945, quando a mãe o levava para ver a sua libertação. Ele fazia as ligações dos prestistas com o PDT. Antonio Damasceno tornara-se comunista em 1936 após “apanhar” da polícia em piquetes na Light<sup>4</sup>. Luís Ragon, com referências comunistas na família, era um jovem militante, e também foi secretário de Prestes. Completavam essa lista nomes como os de Jacques Dornelas e Pereirinha. O que havia em comum nesse núcleo? Além da identidade política, originada nas lutas do período anterior a 64, uma clara relação afetiva e pessoal.

Outro fio condutor leva-nos a militantes que consideravam central a organização de um partido comunista no Brasil. Em 1981, o I Pleno da organização elegeu uma comissão provisória nacional, visando articular todos os comunistas rompidos com o PCB, para que juntos construíssem um novo partido, um “*partido verdadeiramente revolucionário*”<sup>5</sup>. Nem todos, seguindo as posições de Prestes, embarcaram nessa proposta. Segundo o documento do RPC, o dirigente se recusara a participar do encontro. Para ele, tratava-se de um “*saco de gatos sem possibilidade de sucesso*”<sup>6</sup>. Nesse momento as contradições entre eles eram claras. Pois, se o Cavaleiro da Esperança não comparecia, isto não impedia a articulação dos seus correligionários mais próximos com essas iniciativas.

Dos Comitês de defesa do PCB, no Rio de Janeiro, nasceram dois agrupamentos originados da Carta aos Comunistas. Mesmo que mantivessem contatos com o ex-secretário-geral, para Luís Elias Sanches, o termo *prestista*, só tem validade, de fato, até 1982. A questão da “lista de Prestes” se tornou o estopim para o afastamento gradual de muitos militantes (SANCHES, 2012). Mario Arthur Pardal, por exemplo, recorda-se da reunião no “aparelho”, em Santa Tereza, no dia da final do campeonato brasileiro entre Flamengo e Grêmio. Prestes

<sup>4</sup> JB, 27/10/1985, p. 7. In : AMORJ.

<sup>5</sup> Apresentação. In: AMORJ.

comunicara ao grupo de universitários o seu apoio a Leonel Brizola nas eleições de 1982 (SAMPAIO, 2012). O fato abriu uma grande polêmica quanto aos métodos do dirigente, essa postura se repetiria na escolha dos candidatos a deputado e vereador. Dessa forma, em abril de 1983, em Xerém, o agrupamento realizava a primeira conferência estadual, criando o Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista (CFCPC). Na II Conferência estadual, em janeiro de 1986, a junção de vários agrupamentos resultara na conformação do CGB<sup>7</sup>.

Dos Comitês de Defesa do PCB também se originou a Reconstrução do Partido Comunista. A RPC atuava nos Comitês, intitulando-se como “Articulação-RJ”. Como já foi explicitado, havia outros agrupamentos desse tipo em outros estados brasileiros. Essa “fração” aglutinava comunistas que decidiram continuar lutando “por dentro do PCB”, confrontando-se com o comitê central. Mesmo após a ruptura, o grupo permaneceu atuando na clandestinidade. Nas eleições de 1982, apoiou Leonel Brizola para governador, e elegeu como deputado estadual Afonso Celso, o Afonsinho. Em 1984, o grupo resolveu assumir uma imagem pública, organizando-se sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos<sup>8</sup>.

Na visão de Mário Arthur Pardal, havia um conflito de gerações no seio do que genericamente chamou-se de prestismo. Ambas possuíam como referência central a Carta aos Comunistas, catalisadora de um senso de pertencimento comum, baseado numa conduta que divergia daquela imputada à direção do PCB. Entretanto, as mesmas se posicionavam de forma distinta defronte à liderança do Cavaleiro da Esperança. Segundo Pardal, para um conjunto de militantes, mais velhos, que saíra do partido juntamente com Prestes, ele era a sua referência pessoal inquestionável. A geração mais jovem, que moldara a sua identidade a partir da luta contra a ditadura militar, refletindo os debates existentes no campo político das esquerdas, tentava se afastar do denominado “culto à personalidade”. Nos anos oitenta, a força do prestismo estaria, então, na faixa etária mais moça que, no auge da militância, reivindicava um espaço político que reunisse os comunistas revolucionários e organizasse a sua atuação nos bairros, sindicatos, escolas e universidades (SAMPAIO, 2012).

---

<sup>6</sup> RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA. s/d, p. 1.

<sup>7</sup> AMORJ, Coleção Coletivo Gregório Bezerra (CGB).

## 2. O capital político de Prestes na transição brasileira – o prestismo e o PDT

Embora estivesse fora do PCB, Luiz Carlos Prestes não viveu um ostracismo político na década de oitenta. A sua figura mítica congregava uma série de militantes, intelectuais e simpatizantes que, ao mesmo tempo, possuíam a referência geral no comunismo, mas que divergiam das orientações do Partidão. Com mais de oitenta anos, Prestes viajou o Brasil inteiro, divulgando as suas ideias. O JB destacava que, apesar de não possuir uma não formalidade legal, era um grupo que, sob o seu comando, tinha a “força de um partido”<sup>9</sup>.

Entretanto, não era um partido político. E nos anos oitenta, a transição se orientava pelo ritmo das eleições no processo de recomposição dos agrupamentos políticos nacionais<sup>10</sup>. Embora o discurso de muitos militantes criticassem as “eleições burguesas”, as mesmas cumpriram um importante papel de fortalecimento de diversas organizações de esquerda no Brasil. Além da atuação nos movimentos sociais, eles precisavam escolher um partido que fosse o estuário dessa participação, canalizando eleitoralmente o trabalho realizado no cotidiano. A opção não foi uniforme, e foi permeada por elementos regionais.

No Rio de Janeiro, o cenário local e as relações estabelecidas no pré-64 definiram a entrada de grande parte dos *prestistas* no PDT. Nas primeiras eleições após a anistia, em 1982, Prestes indicou o apoio àqueles que poderiam contribuir para o avanço da luta contra a ditadura militar. Dessa forma, fecharam-se diversas alianças pelo país com o PMDB. Mas o Rio era um caso ímpar. O PMDB era Chagas Freitas. Posicionando-se ao lado das forças oposicionistas, no estado a discussão tomava contornos diferentes. A oposição se encontrava fragmentada e o seu principal representante possuía uma “hegemonia à direita” após a fusão com o Partido Popular, esvaziando o seu caráter dissidente. E de luta contra o regime. Logo, a tarefa era derrotar a ditadura e o chaguismo, superando o dilema “Sandra ou Miro”<sup>11</sup>.

Se o caráter do PMDB contribuiu para o apoio dos *prestistas* ao PDT, não menos importante foi a disputa direta com o PCB, aliado do primeiro. Aquele era o momento para

---

<sup>8</sup> Apresentação. AMORJ.

<sup>9</sup> JB, 27/10/1985, p. 7. In: AMORJ.

<sup>10</sup> Bolívar Lamounier destaca a especificidade da transição brasileira, definindo-a como uma “abertura através de eleições”, onde tais pleitos funcionaram como um “termômetro” das crescentes pressões sociais em curso desde o final dos anos setenta (LAMOUNIER, 1989, p. 38).

<sup>11</sup> Voz operária, 180, maio 1982, p. 2. In: AMORJ.

por em questão as suas opções políticas. E os periódicos destacaram o confronto entre os comunistas: “Prestes usa PDT para derrotar Giocondo”<sup>12</sup>. Fazendo do novo trabalhismo um instrumento para desafiar a direção, Prestes havia triunfado. Além da eleição de diversos nomes da sua chapa, o Partidão não conseguira eleger nenhum dos seus candidatos.

As ligações históricas entre Prestes e Brizola também influenciaram a aproximação entre trabalhistas e comunistas. O PCB, nos anos sessenta, caminhou junto com o gaúcho na Frente de Mobilização Nacional. Avaliado nos anos oitenta como uma das lideranças mais aguerrida do pré-64, as suas ações políticas angariavam as simpatias de muitos militantes das esquerdas brasileiras. Durante o ano de 1982, Luiz Carlos Prestes enviou vários sinais que indicavam o seu apoio ao PDT. Leonel Brizola não refutava as mensagens, e retornava com declarações de simpatia, afirmando que o mesmo expressava uma “esquerda autêntica”. O trabalhista, conhecido por suas posições anticomunistas, também readequava o discurso: “seria uma atitude inconsequente quando nós próprios sofremos, em 1964, os efeitos desse tipo de campanha”. Apontava os avanços de tais regimes do ponto de vista social, mas fazia uma profissão de fé no socialismo “indissolivelmente ligado ao conceito de liberdade”<sup>13</sup>.

Tais movimentações atestavam a importância simbólica da figura de Prestes para a consolidação da candidatura de Brizola na cena estadual. Além de lutar contra candidatos do chaguismo e da ditadura militar, ele também precisava cimentar votos à esquerda. O capital político de Prestes conferia a Brizola a legitimidade necessária para torná-lo o principal nome das esquerdas no Rio. As declarações do dirigente comunista expressavam também a aproximação em curso entre trabalhistas e *prestistas*, muitos já filiados ao PDT.

Com o slogan "contra a fome e a carestia", os *prestistas* apoiavam Brizola e lançavam candidatos. Os principais nomes do Cavaleiro da Esperança no Rio foram: Jacques Dornelas, para federal, Eduardo Chuahy, para estadual, e Antonio Pereira da Silva, o Pereirinha, para vereador. Na prática, o apoio de Prestes se estendeu para outros candidatos. Houve alianças com Bocayuva Cunha e Afonso Celso, para deputado federal e estadual, respectivamente.

---

<sup>12</sup> JB, 25/11/1982, s/p. In: AMORJ.

<sup>13</sup> JB, 7/9/1982, s/p., JB, 7/9/1982, s/p., respectivamente. In: AMORJ.



Candidatos como o professor Emir Amed e Silas Ayres também foram identificados com a chapa *prestista*. Além disso, a “lista” se espalhava para outros municípios<sup>14</sup>.

Mas que significados podem ser percebidos nas reapropriações dessas heranças? Assim como nos anos quarenta, o imaginário relacionado à liderança de Prestes funcionava como elemento catalisador do seu capital político. A década de oitenta não era mais um “tempo forte” para o dirigente comunista, mas também não era um tempo tão fraco assim. A identificação com o seu nome remetia-se à construção do pós-guerra. Naquela época, muitos candidatos foram eleitos para a Assembleia Constituinte como os “deputados de Prestes”<sup>15</sup>.

O segundo significado esteve correlacionado à capacidade dos *prestistas* manterem o mito aceso. Ele soube combinar o seu capital político aos dos seus candidatos. Afinal, os mesmos se originavam das trajetórias do pré-64 e de trabalhos em bases populares associativas. Não menos importante, o suporte de toda essa vitória foi a votação estrondosa, em 1982, que delegou a maioria dos votos fluminenses ao PDT. Os jornais identificaram o fenômeno. Numa matéria de página inteira, o JB apresentava a lista dos “eleitos de Prestes”<sup>16</sup>. Eduardo Chuahy, Jacques Dornelas e Pereirinha evidenciavam que o bipartidarismo no país não conseguira realizar um corte político completo entre o pré e o pós 64.

No interior do PDT fluminense havia uma série de *prestistas* – comunistas e também trabalhistas. Nos seus governos muitas homenagens foram feitas a Prestes. Em destaque, o projeto do vereador Emir Amed que previa a concessão de uma pensão vitalícia. Esta chegou a ser aprovada pelo prefeito Saturnino Braga, em meio a uma grave crise financeira e greves do funcionalismo. O comunista, todavia, rejeitou a proposição (PRESTES, L., 1987).

Difundira-se, assim, uma convicção de que Prestes era PDT. Filiado mesmo. Nas batalhas da memória esse é um dos temas “quentes”. Com a presença de muitos *prestistas* no PDT, a identificação entre Prestes e o trabalhismo fora uma operação realizada com sucesso. No relato de diversos militantes existia, e permanece ainda hoje, a convicção de que ele

---

<sup>14</sup> JB, 23/10/82, s/p. In: AMORJ.

<sup>15</sup> Trabalhando o conceito de Girardet no qual o mito funciona como um elemento mobilizador e modelador de uma identidade, a historiadora Dulce Pandolfi define a atuação do PCB e da sua maior liderança, Luiz Carlos Prestes, nos anos quarenta, como um “tempo forte”, o de maior projeção conseguida pelo partido na sua história. Essa também fora a época “de ouro” do Cavaleiro da Esperança” (PANDOLFI, 1995: 127; 129).

<sup>16</sup> JB, 25/11/1982, s/p. In: AMORJ.

integrara efetivamente o partido. E isso se tornou um dos pontos mais polêmicos na trajetória do comunista. Especialmente, o episódio da sua escolha como presidente de honra da agremiação. Essa condição é veementemente refutada por Anita Prestes:

*O Prestes nunca quis entrar no PDT, nem nunca aceitou entrar no PDT. O que houve foi uma homenagem do PDT ao Prestes, que o elegeu, enfim, o nomeou presidente de honra do PDT. Ele nunca ingressou no PDT, as pessoas fazem muita confusão. (...) Inclusive ele aceitou como homenagem. Sem nenhum compromisso. Ele nunca teve nenhum compromisso com o PDT, nem mesmo com Brizola. Não era compromisso, apenas apoiou o Brizola nas eleições (PRESTES, A., 2007).*

A história da escolha de Luiz Carlos Prestes é recontada por Luís Ragon:

*O presidente do PDT, Leonel Brizola, chama Luiz Carlos Prestes para a mesa. (...) Então, de forma brincalhona, pega uma ficha de filiação do PDT, (...) dizendo – “temos a honra ...”, “... o senador Luiz Carlos Prestes não assinaria a ficha? ...”, – mas sabendo que o Prestes nunca assinaria. Então, em tom de brincadeira, ele falou – “o senador não precisa assinar ficha, não”. (...) Mas esse congresso tem que decidir, vamos decidir por aclamação: o senador Luiz Carlos Prestes é o presidente de honra do PDT”. E o plenário vai abaixo, todo mundo de pé, gritando o nome do Prestes (...). O Prestes nunca assinou nenhuma ficha do Partido Democrático Trabalhista, nunca assinou a ficha de filiação de nenhum partido a não ser do Partido Comunista Brasileiro. Então o Prestes discursa, agradece. E o Prestes morre em 7 de março de 1990 nesta condição, de presidente de honra do PDT (RAGON, 2011).*

Para Ragon, a presidência de honra conferida a Prestes pode ser entendida como uma homenagem de Brizola, mas, principalmente da sua militância, que nutria um grande carinho pelo comunista, e se identificava com muitas das suas posições políticas. Todavia, por que Prestes não recusou a homenagem? Apenas “cortesia”? Embora não reconhecida oficialmente, a trajetória de Prestes e do PDT permaneceram próximas durante toda a década de oitenta. O dirigente comunista confiou o seu voto ao partido nas eleições ocorridas naquele período.

A relação dos *prestistas* com o PDT seguia a lógica do entrismo<sup>17</sup>. Por não considerá-lo um partido estratégico, eles atuavam sob o seu guarda-chuva sem ter como norte a sua construção política. Formalmente filiados, resguardavam uma identidade própria, expressa publicamente. Se a influência dos *prestistas* não alcançava a elaboração dos estatutos e das linhas programáticas do novo trabalhismo, a sua presença significativa em determinados

<sup>17</sup> O entrismo é uma política historicamente utilizada por organizações de esquerda que definem a atuação “por dentro” de um partido, muitas vezes de massas, para tentar dirigi-lo ou se beneficiar da sua influência social.

segmentos do partido surpreendia. Organizando-se por áreas de atuação, os pedetistas denominavam-nos de “movimentos partidários”<sup>18</sup>.

É importante assinalar os diferentes graus de incorporação dos *prestistas* ao PDT. Por exemplo, ao contrário do CGB e do Coletivo Luiz Carlos Prestes, a RPC claramente elaborava política para uma intervenção no interior do trabalhismo, analisando a sua relação com o mesmo em diversos documentos internos. Definindo-se como “comunistas que desenvolviam uma política de alianças com o PDT e Brizola”, o agrupamento também participara de diversas administrações pedetistas e dos debates partidários<sup>19</sup>.

Os diversos *prestistas* atuaram ativamente na cena política brasileira. O ex-presidente do sindicato dos bancários, Ronald Barata, assinala a importância dos mesmos na organização sindical do partido. Ele também integrava o grupo de comunistas mais próximos de Prestes<sup>20</sup>. Intervindo ativamente dos movimentos sociais, a primeira secretaria sindical pedetista possuía uma grande influência comunista. E Barata foi o seu primeiro presidente. Havia uma intensa vida orgânica. Reuniam-se semanalmente, e realizavam cursos de formação.

Na acirrada disputa pela hegemonia dos trabalhadores nos anos oitenta, os *prestistas* interferiram na definição do PDT em favor da CUT, resolução aprovada em congresso. E se tornaram, no Rio, a voz dos trabalhistas na entidade. Sindicalistas identificados com as ideias de Prestes fundaram a Central, e compuseram a direção nacional: Maria José Aragão, do Maranhão, José Ferreira Alencar, do Ceará, Pereirinha e Gilvan Ribeiro, do Rio de Janeiro, Luís Carlos Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul (RAGON, 2011).

Na CUT-RJ, a influência era muito significativa. Sérgio Rayol destacava a atuação da RPC no sindicato dos médicos e bancários, possuindo cerca de um terço do último setor, no PDT. Na primeira diretoria cutista, os *prestistas* eram a maioria da direção executiva, com

---

<sup>18</sup> Desde a fundação, o estatuto pedetista previa a estruturação dos movimentos sindical, de mulheres, de negros, de educação, de aposentados, verde, comunitário e de Juventude Socialista. Estatuto. In: PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. PDT, RJ, 2006, p. 68.

<sup>19</sup> A RPC envolveu-se no debate sobre a candidatura a governador do partido, posicionando-se ao lado de Darcy Ribeiro que representava os setores progressistas no confronto com Collagrossi. Comitê Estadual do RPC. Reconstrução do PC apoia os candidatos do PDT. RJ, 1988. p. 9. In: AMORJ.

<sup>20</sup> Barata relata que nunca fora organicamente vinculado a Prestes. Mas também não participara da RPC e do CGB. Quando convidado, muitas vezes por Pereirinha ou Acácio Caldeira, ele se reunia com os *prestistas* na casa do dirigente comunista, na rua das Acácias (BARATA, 2012).

cinco dos sete membros. O CGB também desenvolvera um importante trabalho, e o secretário-geral da entidade, no final dos anos oitenta, era do grupo, Maurício Pencack (RAYOL, 2008, PARDAL, 2012).

Na visão de Barata, havia uma boa relação entre comunistas e trabalhistas no PDT. Eram respeitados, e Prestes era muito querido. O ponto nevrálgico desta relação localizava-se nos constantes embates e hostilidades entre a CUT, o PT e o governo Brizola. Eles se tornaram o alvo de muitas críticas nas reuniões pedetistas. Na CUT, por outro lado, apesar das convergências, eram discriminados. Muitos desistiram da atuação na entidade.

No movimento estudantil, a corrente de *prestistas* denominava-se Avançando<sup>21</sup>. O agrupamento foi organizado para o congresso da UNE de Piracicaba, em 1982, aglutinando vários comitês existentes no Brasil. Universitários como Carlos Vignoli e Geraldo Barbosa compuseram a diretoria da entidade. Nesse segmento, *prestistas* e trabalhistas foram mais do que aliados. Em vários congressos da UNE, a corrente Avançando chegara a ser maioria no interior da Juventude Socialista (JS), que era muito incipiente. Assim, muitos companheiros do PDT eram eleitos com os votos da bancada comunista (LEÃO, 2012; RAGON, 2011).

Havia também uma influência significativa dos comunistas sobre o movimento de juventude do PDT. Segundo Elias Sanches, o termo *trabalhista*, que aparecia na nomenclatura original, havia sido modificado para socialista devido à pressão dos *prestistas*. Especialmente o CGB, chegou a ser majoritário na JS, possuindo bases estudantis e jovens dos movimentos de bairro. Essa realidade gerava uma relação conflituosa com os demais pedetistas, pois havia uma disputa de espaço político pelo perfil da juventude trabalhista (SANCHES, 2012).

No movimento popular, os *prestistas* também participaram da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), atuando em comunidades como Maré, Vidigal, Jacarezinho, Irajá, Copacabana, Andaraí e Santa Teresa. O CGB, por exemplo, possuía uma importante atuação no movimento popular, atuando sob a denominação de “Poder Popular”. Eles chegaram a disputar a presidência da FAMERJ, lançando o militante Beto Cacau, pelo PDT, contra Chico Alencar (RAGON, 2011; SANCHES, 2012).

---

<sup>21</sup> A juventude Avançando até hoje atua no movimento estudantil, desenvolvendo o seu principal trabalho em Santa Catarina. Disponível em: <http://www.jcabrasil.org>. Acesso em 20 de maio de 2012.

### 3. Uma rede prestista – uma visão política convergente na cena brasileira

Luiz Carlos Prestes e os comunistas da “Carta” partilharam de muitos pontos em comum na conjuntura brasileira da década de oitenta, embora, formalmente, não se reunissem de maneira unificada com a sua principal referência política. Os *prestistas* atuaram ativamente nas eleições, e produziram política sobre os principais temas nacionais. Além da intervenção sobre o pleito para governador do Rio de Janeiro, em 1982, conforme já foi apresentado, os *prestistas* cariocas defenderam posições que ora aproximaram-nos do PDT, ora do PT.

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, que previa a convocação de eleições diretas para a presidência da república, a discussão sobre a participação no colégio eleitoral aqueceu o debate no seio da oposição brasileira. O assunto desvelava os diferentes posicionamentos frente à transição. O PDT optou pela ida ao colégio eleitoral, votando em Tancredo Neves. O PT decidiu pelo boicote. Entre os *prestistas* a polêmica causou estragos. Com uma posição semelhante a dos petistas, Luiz Carlos Prestes orientava “seus” deputados a não participarem do evento. Eles deveriam denunciar aquela farsa, apoiando firmemente, como única alternativa, as eleições diretas para presidente da república. Dois deputados seguiram a deliberação pedetista. Eduardo Chuahy integrava a “lista”, mas era, antes de tudo, um trabalhista histórico. Jacques Dornelas, ao contrário, era reconhecido como militante *prestista*. A sinalização indicativa do rompimento acontecera através de notas e declarações à imprensa – “*Prestes já repudia deputados apoiados*” –. O dirigente se desvencilhava das atitudes futuras dos parlamentares que haviam votado contrariamente aos seus princípios<sup>22</sup>.

A argumentação do deputado federal Dornelas expressava as visões divergentes em relação à participação no trabalhismo. Ele lançara uma nota na qual reafirmava a oposição àquele procedimento indireto e o seu engajamento na luta pelas “Diretas”. Todavia entre a orientação de Prestes, um indivíduo, e a do PDT, um coletivo, ele escolhera o grupo<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Tribuna da Imprensa, 17/1/1985, p. 3 e 5. In: AMORJ.

<sup>23</sup> JB, 24/ 01/ 1985, s/p. In: AMORJ.

Descomprometendo-se com aquele processo, a atuação dos *prestistas* nos movimentos sociais demarcara-se por uma oposição frontal à Nova República, aproximando-os das ações políticas do PT – “*Prestes critica PC, condena Nova República e elogia o PT*”. Mas também do PDT que, apesar do voto em 1985, constituíra-se num dos pilares de oposição ao governo Sarney, condenando, por exemplo, o “*pacto social da Nova República*”<sup>24</sup>.

As eleições presidenciais em 1989 dividiram os *prestistas*. Segundo Anita Prestes, os correligionários de São Paulo, militantes no PT, afastaram-se de Prestes após a sua declaração de apoio a Brizola. O dirigente defendia o “*voto de confiança a Brizola para a presidência*”. Dos nomes de maior projeção nacional, era ele quem mais havia dado “*provas de coragem e de honestidade com o povo brasileiro*”. Por isso possuía melhores condições de postular à presidência da república. Dentre essas “provas” a sua postura diante do Plano Cruzado<sup>25</sup>.

Dispersos em diversas organizações e partidos, todavia, no campo do movimento comunista internacional, a grande referência era o marxismo-leninismo. Reivindicavam o legado da revolução russa de 1917 e o modelo soviético, defendendo as políticas do mesmo na cena internacional<sup>26</sup>. Quando as reformas foram introduzidas na pátria mãe do socialismo, os *prestistas* partilharam das análises favoráveis às mesmas, caracterizando a Perestroika e a Glasnost como o caminho para a renovação do socialismo. Antigos militantes assinalam as contradições vivenciadas com a abertura da crise do comunismo no final do século. Alinhados ao modelo soviético, comungavam das análises que vaticinavam a progressiva evolução do sistema, inclusive sob a liderança de Leonid Brejnev, época que, mais tarde, tornou-se negativamente conhecida como a “era da estagnação”<sup>27</sup>. As controvérsias avolumaram-se quando, mantendo-se em consonância com os acontecimentos na URSS, eles precisaram reconhecer determinados problemas no desenvolvimento do país, anteriormente ignorados.

#### **4. Primeiras conclusões – os diversos “filhos” da Carta aos Comunistas no PDT**

<sup>24</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 16/05/1985, s/p, e “O Dia”, Teresina, 11/04/1985, s/p, respectivamente. In: AMORJ.

<sup>25</sup> PRESTES, A., 2007. Diário do Nordeste, Fortaleza, 18/01/1989, s/p. In: AMORJ.

<sup>26</sup> Dentre muitos exemplos, ressalta-se o caso da Polônia, que Prestes avaliou como uma tentativa de defender o socialismo naquele país (JB, 5/1/1982, s/p. In: AMORJ.).

<sup>27</sup> Prestes avaliava a morte de Brejnev como “um grande golpe para o povo soviético e para todos os amantes da paz” (FSP, 12/11/1982, s/p. In: AMORJ.).

Ao contrário da imagem difundida de um líder ultrapassado, as avaliações de Prestes e dos *prestistas* não se mostraram equivocadas. Ao contrário dos PC's (no caso do PC do B até as resoluções do VII congresso, em 1988), as suas posições os aproximaram das linhas políticas dos movimentos contestatórios que emergiam no Brasil nos anos oitenta. Apostaram no sucesso de Brizola nas eleições para governador, em 1982. Integraram a oposição à Nova República. Optaram pela participação na CUT. E acertaram politicamente.

Em meio à profunda crise do PCB, colheram alguns resultados, que não foram tão pífios assim. Prestes emprestara o seu capital político para a campanha de diversos candidatos. E contribuíra para consolidar o novo trabalhismo de Leonel Brizola como um legítimo representante das esquerdas no país. Os comunistas que se insurgiram contra a direção do PCB depositaram no mito a referência central da sua identidade revolucionária. O PCB aparecia, aos olhos de diversos militantes dos movimentos sociais brasileiros, como um partido “traidor” ou “a reboque” dos setores liberais. Os *prestistas*, apesar da ortodoxia em relação ao comunismo soviético, representavam, nessa releitura, o comunismo combativo e consequente. Por outro lado, também não deixavam de ser “heterodoxos” ao defender uma nova estratégia revolucionária para o país, rompendo com a concepção nacional-democrática.

O fenômeno ultrapassara, inclusive, as organizações que se originaram da Carta aos Comunistas. A simbologia do mito ia além dos agrupamentos. O termo adquirira uma fluidez. Não havia um controle exato sobre quem era *prestista*. Dispersos nos movimentos sociais, não havia uma organização oficial do mesmo.

O prestismo e o brizolismo se encontraram no PDT. E essa confluência contribuiu para anular as tentativas do regime militar de apagar o passado anterior a 64. As lideranças de Brizola e Prestes expressavam o fio de continuidade que permanecera na memória popular. Afinal, cada um na sua proporção, ambos tiveram sucesso no seio de uma população extremamente jovem. E esse fio da história ligava-os a uma trajetória que estaria marcada pela combatividade e coerência. Muitos dirigentes políticos se empenharam na tarefa de unir num mesmo partido estas duas lideranças (SANTOS, 2008).

Apesar de pouco reivindicado pelos entrevistados, é possível perceber bandeiras comuns entre os *prestistas* e o trabalhismo. O socialismo moreno era peremptoriamente

refutado, pois eles se identificavam com o comunismo de tipo soviético. Entretanto, o papel de Brizola na história do país era o elemento central de aproximação. Ele representava um trabalhismo combativo, de esquerda, forjado no movimento nacional-revolucionário.

A tradição nacionalista e anti-imperialista era outro importante fator. Muitos se identificavam com a tática pedetista para a conjuntura brasileira, inspirada nas teses de intelectuais trabalhistas como Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini. Parafrazeando o livro do primeiro – *O caminho da revolução brasileira* –, o CGB, por exemplo, defendia a constituição de uma frente popular na luta contra a Nova República: “*A Frente Popular deve ter um programa de claro conteúdo antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário*”<sup>28</sup>.

As reformas implantadas pelo governo do PDT, especialmente no Rio, também eram reivindicadas. Esse argumento havia sido utilizado por Prestes para justificar o seu apoio à candidatura de Brizola a presidente, e também se apresentava nos balanços realizados pela RPC. A organização destacava as mudanças comportamentais das polícias no Rio, a centralidade da educação com os CIEP’s, a encampação de ônibus, a política de assistência aos posseiros das áreas rurais e a denúncia incisiva em relação ao Plano Cruzado<sup>29</sup>.

No interior do PDT, os relatos confirmam que a presença de grupos comunistas não “incomodava” a maioria do partido. Mas as pressões existiam. A cada eleição, havia um temor de que a agremiação não lhes concederia legenda. Certos pedetistas condenavam a dupla militância – vista pelos comunistas como “*manobras dos grupos hegemônicos para forçar as facções minoritárias a acatar as suas propostas políticas*”. Todavia, primavam as boas relações políticas entre as personalidades do PDT e os *prestistas*<sup>30</sup>.

À medida que as candidaturas apresentavam-se cada vez mais com um perfil pedetista, as críticas no interior dos grupos *prestistas* aumentavam. O documento da RPC, de balanço das eleições para vereador, demonstrava essa crise: os seus candidatos precisavam apresentar-se publicamente como comunistas. O CGB também vivenciou as contradições do entrismo.

<sup>28</sup> Respectivamente, PENCACK, 2008; CGB. Resoluções da 2ª Conferência estadual. RJ: s/ed., 1987. p. 99.

<sup>29</sup> C.E. RPC. Reconstrução do PC apoia os candidatos do PDT. RJ, 1988. p. 10. In: AMORJ.

<sup>30</sup> Um militante da RPC assinalava as vaias recebidas pelo assessor de Brizola, Fernando Britto, ao ler o relatório sobre a dupla militância. Segundo ele, figuras como César Maia e o próprio líder, Leonel Brizola, cultivavam a presença dos comunistas no seio do trabalhismo como uma forma de legitimação do mesmo no campo das esquerdas. JEREMIAS, Antonio José. Um equívoco grave e desastroso. RJ, 1988. In: AMORJ.



Logo após as eleições de 1986, uma disputa política em torno do controle do mandato do deputado estadual Carlos Vignoli, resultou na demissão de toda a equipe cegebista e a posterior expulsão do mesmo da corrente<sup>31</sup>.

Se o PCB vivenciou a sua mais dramática crise no final dos anos oitenta, chegando à sua dissolução política, os diversos agrupamentos originados do prestismo não tiveram destino mais alvissareiro. Essas organizações vivenciaram crises de diferentes matrizes: disputas político-eleitorais envolvendo o controle de mandatos parlamentares. Uma crise de identidade demarcada pela perspectiva de uma ação própria ou de integração a alguma agremiação partidária. Uma crise ideológica causada pelo colapso do modelo do comunismo soviético. Um esgotamento e uma crise da perspectiva militante depois de mais de uma década de dedicação (no caso de alguns em tempo integral) ao projeto revolucionário.

Compreendendo a cultura política como um fenômeno individual profundamente interiorizado (BERSTEIN, 2009, p. 41), para os homens e mulheres rompidos com o PCB a referência no modo de ser comunista encarnado por Luiz Carlos Prestes, permitiu a manutenção de um conjunto de valores que os mantiveram ligados a este ideário. Por conseguinte, a experiência dos *prestistas* no interior do PDT não significou uma ruptura com a sua identidade original. A aproximação com o novo trabalhismo realizara-se a partir da permanência de vivências anteriores e do encontro com novas gerações que possibilitaram a produção de novos significados.

### Referências bibliográficas

- BARATA, Ronald. Entrevista à autora, RJ, 2012.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecilia [et al.]. *Cultura política, memória e historiografia*. RJ: FGV, 2009, pp. 29-46.
- CGB. Resoluções da 2ª Conferência estadual. RJ: s/ed., 1987. p. 99.
- FERREIRA, Jorge. Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói, EDUFF, RJ: Mauad. 2002.
- LAMOUNIER, Bolívar. Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90. SP: Loyola, 1989.
- LEÃO, Luís Augusto Borges de. Entrevista à autora, RJ, 2012.
- PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros. História e memória do PCB. RJ: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

<sup>31</sup> Respectivamente, C.E. RPC. RJ, 1988. s/p.; Documento do CGB. 1986. s/p. In: AMORJ.

PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Volume único, PDT, RJ, 2006, p. 68.

PENCACK, Maurício. Entrevista à autora, RJ, 2008.

PRESTES, Anita. Entrevista à autora, RJ, 2007.

PRESTES, Luiz Carlos. Declaração. Texto datilografado. RJ, 1987.

RAYOL, Sérgio. Entrevista à autora, RJ, 2008.

SAMPAIO, Mario Arthur Pardal. Entrevista à autora, RJ, 2012.

SANCHES, Luís Elias. Entrevista à autora, 2012.

SANTOS, Theotônio dos. Entrevista à autora. RJ, 2008.

RAGON, Luís. Entrevista à autora, RJ, 2011.